2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO**Anúncio n.º 3831/2007****Insolvência de pessoa singular (requerida)
Processo n.º 300/06.6TBESP**

Credor — EUROCRONO SL.

Insolvente — Maria do Céu Teixeira dos Santos.

Maria do Céu Teixeira dos Santos, nascida em 30 de Agosto de 1962, freguesia de Anta (Espinho), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 196598826, bilhete de identidade n.º 6059071-8, Rua 19, 1491, 6.º C, 4500-252 Espinho, e administrador da insolvência Dr. João Correia Chambino, Rua do Sargento Armando Monteiro Ferreira, 12, 3.º, direito, 1800-329 Lisboa, ficam notificados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por existência de quaisquer bens susceptíveis de serem apreendidos para a massa insolvente e esta é insuficiente para o pagamento das custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos. A ineficácia das resoluções de actos em benefício da massa insolvente, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para a defesa nas acções dirigidas à respectiva impugnação, bem como nos casos em que as mesmas não possam já ser impugnadas em virtude do decurso do prazo previsto no artigo 125.º, ou em que a impugnação deduzida haja já sido julgada improcedente por decisão com trânsito em julgado;

A extinção da instância dos processos de verificação de créditos e de restituição e separação de bens já liquidados que se encontrem pendentes, excepto se tiver já sido proferida a sentença de verificação e graduação de créditos prevista no artigo 140.º, caso em que prosseguem até final os recursos interpostos dessa sentença e as acções cujos autores assim o requeriram, no prazo de 30 dias;

A extinção da instância das acções pendentes contra os responsáveis legais pelas dívidas do insolvente propostas pelo administrador da insolvência, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para o seu prosseguimento.

17 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Conceição Ribeiro Nunes Nogueira*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Ferreira Castro*.

2611022491

TRIBUNAL DA COMARCA DE FORNOS DE ALGODRES**Anúncio n.º 3832/2007**

Nos autos da insolvência n.º 132/06.1TBFAG em que é insolvente MILC — Indústria de Mobiliário, L.^{da}, número de identificação fiscal 502512490, com endereço na Zona Industrial, Fornos de Algodres, 6370-128 Fornos de Algodres, e administradora da insolvência a Dr.ª Paula Peres, com endereço na Praça do Município, 12, 1.º, 3780-215 Anadia, ficam notificados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência do património da massa insolvente para satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa insolvente.

Efeitos do encerramento — os previstos no artigo 233.º do CIRE.

15 de Março de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Raquel da Costa Pinheiro e Silva*. — O Oficial de Justiça, *Avelino Santos*.

2611022375

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES**Anúncio n.º 3833/2007****Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 886-N/2002**Requerida — massa falida de M. J. Varela — Malhas e Confecções, L.^{da}

Liquidatário judicial — Napoleão de Oliveira Duarte.

O Dr. Jorge Fernando Matos Afonso Pereira Gonçalves, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de

éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

24 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Jorge Fernando Matos Afonso Pereira Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Guimarães*.

2611022380

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES**Anúncio n.º 3834/2007****Insolvência de pessoa singular (apresentação)
Processo n.º 1764/07.6TBGMR**

No 2.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Guimarães, no dia 26 de Abril de 2007, às 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Maria Madalena Lima Leite Gonçalves, com domicílio na Rua do Comandante Carvalho Crato, 433, 1.º, esquerdo, Caldas das Taipas, 4800 Guimarães.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Paula Peres, com domicílio na Rua do Padre Américo, Edifício Marialva, 1.º, J, 3780-236 Anadia.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 4 de Julho de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

30 de Abril de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina R. N. Carvalho e Sá*. — O Oficial de Justiça, *Almesinda Freitas R. Macedo*.

2611022325